

# Sustentabilidade na pauta dos governos

“Nós vamos ver mais ações do governo em relação à responsabilidade social empresarial”. Essa é a previsão Paul Hohnen. O consultor, que já trabalhou como diplomata, na Global Report Initiative, no Greenpeace, defende que apesar da carência de lideranças para promover a sustentabilidade no setor público, os governos começam a se movimentar para responder aos anseios da sociedade diante dos alertas de uma possível catástrofe ambiental e social. “Todas as evidências sugerem que estamos próximos a um colapso em escala global. Diante disso, a sustentabilidade é, antes de mais nada, questão de sobrevivência. O boa notícia é que os governos têm se movimentado razoavelmente rápido no nível das políticas globais para ressaltar a urgência de focar o desenvolvimento sustentável”, ressalta Hohnen.

Segundo ele, a União Européia já começa a colher os resultados de uma política voltada à sustentabilidade. “As medidas tomadas pelos governos europeus para estimular a redução dos gases causadores do efeito estufa, a compra de créditos de carbono, o uso de energias renováveis, além do estabelecimento de políticas de reciclagem e regulamentação de produtos químicos têm sido corajosas e difíceis politicamente, mas já começam a mudar o comportamento do mercado”, ressalta Hohnen.

No Brasil, também já há sinais de uma presença mais marcante do Estado no campo da sustentabilidade. Depois da

repercussão do anúncio do aumento dos índices de desmatamento na Amazônia, o Ministério de Meio Ambiente anunciou um pacote de medidas que inclui o recadastramento dos produtores rurais, a restrição de acesso ao crédito para aqueles que não cumprirem as normas ambientais e o embargo das propriedades onde for detectado desmatamento ilegal.

O órgão criou ainda o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável (CGPCS) com o objetivo de identificar maneiras de inserir esses conceitos dentro do próprio governo, na sociedade e nas empresas.

Rubens Barbosa, consultor e ex-embaixador do Brasil em Washington, acredita que as ações do governo brasileiro de combate ao desmatamento na Amazônia

têm caráter reativo. “O Brasil tem sido muito criticado no exterior por causa desse problema. Por meio do Ministério do Meio Ambiente, o governo anunciou medidas com o intuito de reverter o quadro de desmatamento e desfazer essa imagem negativa. A partir de marcos regulatórios, o Estado força o setor privado a agir de forma responsável e a buscar modelos de desenvolvimento baseados na sustentabilidade”, afirma Barbosa.

Seja no âmbito local ou global, os governos devem trabalhar a favor e não contra o desenvolvimento sustentável. Segundo Hohnen, isso significa rever as prioridades de organizações internacionais como a ONU – Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial. Essas instituições devem assegurar que todas as atividades estejam focadas em dar escala as iniciativas de sucesso.

Em assembléia realizada em dezembro, a ONU deu um sinal do que parece ser o primeiro passo nesse sentido com a divulgação do relatório “Towards global partnerships”. Um dos objetivos expressos no documento é mostrar como a experiência e recursos do setor privado podem ser melhor direcionados para atingir os objetivos da Organização das Nações Unidas de manter a paz e a segurança no mundo.

## PAPEL DOS CONSUMIDORES

Mas que outros fatores fazem com que os governos voltem seus olhares para as ações do setor privado no campo ambiental e social?

**Paul Hohnen**

## Rubens Barbosa

Essa hipótese é reforçada pelo Estudo *Monitor RSE e Market Analysis/Globescan* que indica um crescimento de 45% em 2005 para 58% em 2006 no percentual de pessoas que discordam da frase: "As empresas comunicam com honestidade e veracidade o que elas fazem em matéria social e ambiental". Neste mesmo período, caiu de 50% para 39% o percentual de pessoas que concordam com a proposição.

As ações na área de responsabilidade social e sustentabilidade, normalmente, são associadas ao setor privado, restando

aos governos um papel pouco expressivo. O relatório *"The Role of Government in Advancing Corporate Sustainability"*, elaborado pela Universidade de York no Canadá, aponta uma das possíveis causas para essa situação. "De frente às novas pressões em termos de autoridade, legitimidade, poder e recursos, os governos têm tido que repensar o seu papel. A desregulamentação, desburocratização e redução de déficits dominaram as agendas da maioria dos governos nos anos 90. Especialistas descrevem esse processo de mudança como a reinvenção do governo ou destruição criativa, termo cunhado por Joseph Schumpeter para designar o processo adaptativo pelo qual os negócios e indústrias se baseiam em novas tecnologias, substituindo as antigas", aponta o estudo.

### COMPETITIVIDADE RESPONSÁVEL

Governos fortes e eficientes são um dos fatores essenciais para a promoção da competitividade responsável que nada mais é do que o estado em que a ação dos negócios, as políticas públicas e os agentes sociais trabalham em conjunto para promover o desenvolvimento sustentável nos mercados globais.

Antecipar o crescimento mundial da demanda por produtos, serviços e sistemas sustentáveis também é uma obrigação e, ao mesmo tempo uma oportunidade para governos.

Algumas dessas oportunidades são apontadas no relatório "O estado da competitividade responsável – 2007". O estudo da consultoria inglesa *Accountability* avaliou 108 países em três aspectos: ação empresarial, impulsionadores de políticas e habilitadores sociais.

O relatório aponta, por exemplo, que o combate à corrupção pode aumentar os rendimentos nacionais em até quatro vezes, segundo pesquisas do Banco Mundial.

Os governos desempenham um papel crucial na promoção de um ambiente

## Principais medidas do governo na promoção de mercados sustentáveis

- ◆ Redistribuição dos papéis do setor público e privado
- ◆ Regulamentação direta
- ◆ Instrumentos de mercado e fiscalização
- ◆ Iniciativas de caráter voluntário e não voluntário
- ◆ Educação, persuasão e informações para formação de opinião

Fonte: "The Role of Government in Advancing Corporate Sustainability", relatório elaborado pela York University.

favorável à competitividade responsável ao facilitar a transição para uma economia mais eficiente, justa e menos devastadora. "Os governos que liderarem esse movimento vão estar em uma posição forte para estabelecer uma agenda e posições para as indústrias e cidadãos. Os países que não se movimentarem nesse sentido vão ficar para trás e perderão competitividade", afirma Steven Peck e Robert Gibson no artigo *"Pushing the Revolution"*, publicado originalmente em janeiro de 2000 no veículo canadense *Alternatives Journal* e reproduzido no relatório da York University.

Veja mais no site:  
[www.ideiasocioambiental.com.br](http://www.ideiasocioambiental.com.br)